

Desafio é controlar liquidez para evitar recessão ou o consumismo

CORREIO BRAZILIENSE

6 km - Brasil

15 ABR 1990

O Governo pretende reinjetar recursos financeiros na economia priorizando empresas que tenham maior participação efetiva no emprego de mão-de-obra e de redistribuição de renda. É com essa orientação que a equipe da ministra Zélia Cardoso de Mello se prepara para implementar a segunda fase do plano de estabilização, igualmente complexa. Seu maior desafio será gerir o controle de liquidez (dinheiro em circulação mais depósitos à vista) de forma a evitar a recessão ou uma explosão de consumo, que traria de volta a inflação.

Com a aprovação pelo Congresso Nacional, sem modificações, da Medida Provisória 168, que instituiu o cruzeiro e os limites para saques nas aplicações financeiras, o Governo conseguiu manter intacto o eixo central do plano, que é o enxugamento de liquidez. Mantido esse pilar, passou a ser o único responsável pelo êxito ou malogro do programa. Eventual fracasso vai receber resposta da população nas eleições de outubro, quando será renovada a maior parte do Congresso Nacional e todos os governos estaduais e municipais.

O drástico aperto de liquidez vem recebendo críticas de amplos setores empresariais, que alegam falta de capital de giro para manter a normalidade de suas atividades econômicas. Economistas de diversos matizes analisam que o País corre o risco de cair em uma recessão



Zélia afasta perigos

são sem paralelo na sua história econômica, com custo social altíssimo. Alguns prenunciam até depressão.

No Governo, porém, há uma confiança generalizada de que as medidas adotadas foram acertadas e terão êxito. A começar pelo próprio presidente Fernando Collor. "A luta contra a inflação já foi vencida; vamos partir para a retomada de crescimento econômico", anunciou ele, um dia após a votação da Medida 168. Ele acabara de anunciar abertura de linha de crédito no valor global de Cr\$ 32 bilhões para investimento em moradias populares. Para essa

semana, o Ministério da Economia deverá implementar medidas para o setor automobilístico, que permitirão o descalhe de aproximadamente 20 mil veículos dos pátios das montadoras.

Esses dois setores da economia contribuem com parcela significativa do Produto Interno Bruto (PIB), e estão entre os mais atingidos pelo plano econômico. Os números sobre demissões na construção civil são contraditórios e variam entre 200 mil a 400 mil. As montadoras de veículos já deram licença remunerada para a maior parte de seus operários.

CONTROLE

A próxima semana marca o início da segunda fase do plano. A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, entende que, com as medidas aprovadas pelo Congresso, já se tem uma definição global da política monetária, o que permitirá que o setor econômico entre num processo de acomodação. Avalia que o dinheiro voltará a circular de forma natural no mercado financeiro, afastando os perigos de recessão.

Sua equipe econômica analisa que o plano, ao contrário dos demais, foi muito mais abrangente e duro no combate à inflação. O desafio agora é sua própria gestão no dia-a-dia, é resistir a pressões por liberalização de controles.